

**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN: História, itinerários e redes
de sociabilidades no Curso de Doutorado Acadêmico**

*Graduate Program in Professional Education at IFRN: History, itineraries and networks of
sociabilities in the Academic Doctorate Course*

Francisco das Chagas Silva Souza
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
Mossoró-RN-Brasil
Ana Paula Marinho de Lima
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
Natal-RN-Brasil
Francisco Mateus Alexandre de Lima
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
Mossoró-RN-Brasil

Resumo

Neste artigo, objetiva-se traçar o perfil dos doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com ênfase nos seus itinerários formativos e nas redes de sociabilidades construídas. A investigação teve como fontes os documentos institucionais do PPGEP e os Currículos Lattes dos 40 doutorandos desse Programa. Constatou-se uma diversidade quanto à formação inicial e continuada dos doutorandos, em sua maioria, servidores da RFEPCT e de instituições públicas de educação básica e superior. As atividades do PPGEP, das quais participam os doutorandos, e os seus currículos evidenciam as trocas de experiências e a ampliação das trocas acadêmicas, possibilitando a circulação de ideias acerca da Educação profissional no Brasil e em outros países.

Palavras-chave: Pós-Graduação; Pesquisa Documental; Rede de Sociabilidade.

Abstract

This article aims to trace the profile of doctoral students in the Graduate Program in Professional Education (PPGEP) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN), with emphasis on their training itineraries and the networks of sociabilities built. The investigation had as sources the institutional documents of PPGEP and the Lattes Curricula of the 40 doctoral candidates of this Program. It was found a diversity regarding the initial and continuing education of the doctoral students, most of whom are civil servants of RFEPCT and public institutions of basic and higher education. The activities of the PPGEP, in which the doctoral students participate, and their curricula show the exchange of experiences and the expansion of academic exchanges, enabling the circulation of ideas about professional education in Brazil and in other countries.

Keywords: Graduate Studies; Documentary Research; Social networks.

Introdução

A atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é composta por um conjunto de instituições que possuem natureza jurídica de autarquia e são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Constituem essa Rede: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

A trajetória da RFEPCT teve início em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha, mediante o Decreto nº 7.566, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) voltadas ao “ensino profissional primário gratuito”. Nestas, segundo o Decreto, “se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício” (BRASIL, 1909).

Ao longo de um século de existência, as instituições mais antigas que compõem a atual RFEPCT passaram por outras denominações e ampliaram as suas finalidades, de modo que, atualmente, ofertam cursos em vários níveis e modalidades, inclusive de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Portanto, observa-se uma intensa verticalização das ofertas, mudando completamente as funções exercidas por esses estabelecimentos de ensino profissional no decorrer do século XX (SOUZA, SILVA, 2022).

É importante frisar que esse processo de verticalização não se deu de forma equânime ao longo das décadas e mesmo nos últimos anos, visto que, até os anos 1990, apenas os poucos CEFET existentes, criados nas décadas de 1970 e 1980, poderiam formar em nível superior e de pós-graduação. Com a “cefetização”, nos anos 1990, e a partir de 2008, com a criação dos IF, esse processo se intensificou.

Considerando que a formação em nível de mestrado e, sobretudo de doutorado, nos IF ainda é pequeno, resolvemos investigar como se deu a criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), um dos primeiros a ter esse tipo de formação aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Entretanto, dado ao fato de que, nos seus 10 anos de funcionamento, o PPGEP já matriculou

180 alunos, sendo 140 em nível de mestrado e 40 em nível de doutorado, utilizamos como recorte nas seleções de doutorandos a primeira e a última oferta: de 2019 a 2022.

Neste artigo, traçamos um perfil dos doutorandos do PPGEP, com base na formação inicial e continuada e a atuação profissional destes, com fins de conhecer, pelos seus itinerários e redes de sociabilidades, a circulação ou a possibilidade de divulgação de ideias acerca da Educação Profissional (EP). Essa investigação não só contribuirá para uma avaliação dessa oferta do PPGEP, mas também fornecerá dados quanto ao seu retorno social.

Utilizamos como fontes os projetos de criação e ampliação do PPGEP, respectivamente submetidos à Capes em 2012 e 2018; os editais de seleção de doutorado do período de 2019 a 2022; as resoluções que homologaram os resultados dessas seleções; e os currículos lattes dos 40 doutorandos do Programa. Todos os documentos utilizados, exceto os currículos, estão disponíveis no Portal do IFRN¹.

Este artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seguinte, apresentamos um breve histórico do PPGEP. Em seguida, publicamos os resultados da pesquisa documental, com o uso dos meios digitais disponíveis, e, concomitantemente fazemos uma análise dos dados.

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (2013-2022)

O PPGEP, sediado no *Campus* Natal-Central, foi recomendado pelo Comitê Técnico-Científico (CTC) da Capes em 13 de dezembro de 2012. A elaboração da proposta foi realizada por uma comissão composta por professores e técnico-administrativos. Os primeiros diálogos acerca da criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* se deu com o desenvolvimento dos cursos de especialização em Educação Profissional e Tecnológica e em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos no IFRN.

Em 2010, foi submetido e aprovado pelo MEC, com recursos financeiros, o projeto “Construindo o mestrado acadêmico em Educação Profissional do IFRN”, cuja execução se deu a partir de 2011. Esse projeto teve importância ímpar para a elaboração da proposta que seria enviada à Capes, em 2012, pois, com seus recursos, foi possível realizar o Colóquio “A produção do Conhecimento em Educação Profissional”, em maio de 2011, do qual participaram nomes de referência no campo de pesquisa Trabalho e Educação (GT 9 da

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd), contribuindo para maior embasamento acerca das linhas de pesquisa do futuro programa. Vale salientar que dada à importância desse evento, ele se tornou bianual, assumindo, mais tarde um caráter nacional e internacional.

A partir das experiências adquiridas com os cursos de especialização, com os diálogos com outras instituições e com os debates no Colóquio, foi elaborado o plano de criação do PPGEP, o qual apresentou algumas justificativas, a saber:

- 1- A expansão dessa modalidade de ensino na primeira década deste século, ampliando o número de alunos e de docentes;
- 2- A formação continuada de professores para a Educação Profissional (39,5% destes, no IFRN, em 2012, possuíam titulação inferior à de mestrado);
- 3- A experiência da instituição no ensino superior, com vários cursos de licenciatura e de tecnologia, e na pós-graduação *lato sensu*, tanto presencial quanto à distância;
- 4- A deficiência de quadros habilitados, no Rio Grande do Norte, para a docência e para a elaboração de projetos curriculares na Educação Profissional, constituindo-se numa limitação para a implantação do Programa Brasil Profissionalizado, criado pelo governo federal em 2007; A execução do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) que abrange articulações entre o ensino médio e o ensino fundamental com a educação profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a).

Os argumentos usados pela equipe de elaboradores do projeto são totalmente válidos quando consideramos que, em 2005, o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais e, em seguida, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) apresentou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, cuja execução se deu em três fases. Desse modo, em 2019, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica contava com 661 unidades distribuídas entre os 27 estados da federação (BRASIL, 2019).

À época da escrita do projeto submetido à Capes, o crescimento das instituições de EP no Brasil era evidenciado ao se comparar os números de matrículas apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nos anos de 2007 (780.162) e 2012 (1.362.200), ou seja, um aumento de 74,6% em 6 anos. Caso se considere

apenas a Rede Federal, veremos uma similaridade nessa ampliação: em 2007, a Rede possuía 109.777 matrículas e, 6 anos depois, 210.785, um crescimento de 92%. (BRASIL, 2013, p. 31).

Dentre as justificativas apresentadas na proposta submetida à Capes também destacamos a implementação do Proeja. Esse programa teve suas origens em 2005, com vistas a atender à demanda de pessoas jovens e adultas que, por várias razões, foram excluídas da escola. O Proeja não só inclui esse público, como possibilita-lhes uma formação profissional.

Os elaboradores da proposta do PPGEF também tiveram suas atenções voltadas aos princípios, características, finalidades e objetivos do IFRN. A partir destes, a equipe considerou que: “[...] é pertinente e, mais do que isso, é imperativo institucionalizar e avançar na direção da produção de conhecimentos na esfera da educação profissional e tecnológica por meio de Programas e Cursos de pós-graduação *stricto sensu*”. Frisou ser “[...] fundamental associar esses cursos à formação de professores na perspectiva da integração entre a educação básica e a educação profissional, inclusive, na modalidade educação de jovens e adultos” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 41, grifos nossos).

A elaboração do projeto do PPGEF deu-se em uma época em que essa oferta ainda era pequena na RFEFCT. De acordo com Franco e Pereira (2017, p. 105), quando essa Rede foi criada, possuía 18 cursos de pós-graduação *stricto sensu* vinculados a dez instituições, ou seja, “[...] 24,4% das instituições participantes da RFEFCT atuavam no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Esses cursos concentravam-se na modalidade acadêmica, sendo quatorze mestrados acadêmicos e quatro profissionais”. Os autores salientaram também que não existia ainda nenhum curso de doutorado ofertado pela Rede Federal.

No documento “Avaliação de Propostas de Cursos Novos” (APCN) submetido à Capes, a equipe de elaboradores apresentou como objetivo geral do PPGEF:

Contribuir para a elevação da qualidade social da educação profissional, considerando as suas inter-relações com a educação básica, em espaços escolares e não escolares, por meio da produção do conhecimento do campo de estudo das políticas, da formação docente e das práticas pedagógicas em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 54).

No projeto, também encontramos os princípios formativos nos quais esse Programa se basearia: trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN: formação continuada em nível de doutorado (2019-2022)

formação humana; trabalho como princípio educativo; realidade concreta como uma totalidade, síntese de múltiplas relações; homens e mulheres como seres histórico sociais capazes de transformar a realidade; relação teoria e prática na perspectiva da práxis, logo, elementos coerentes com o Projeto Político-Pedagógico do IFRN (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b).

O PPGEF assumia o compromisso de dar continuidade à formação científica de profissionais em nível superior vindos das diversas áreas das ciências, capacitando-os para profissão docente e para a pesquisa na EP, sem esquecer as suas relações com a Educação Básica. Assim, o Programa também contribuiria, mais tarde, para o atendimento das metas do novo Plano Nacional de Educação, a Lei nº 13.005/2014, no que diz respeito às diretrizes IV (Melhoria da qualidade da educação), V (Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade), IX (Valorização dos(as) profissionais da educação), VI (Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública), VII (Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País) (BRASIL, 2014).

Os cuidados antes e durante a elaboração do projeto surtiram efeito positivo na avaliação feita pela área de Educação da Capes, mas o CTC decidiu não seguir essa recomendação e o rejeitou. Após recurso impetrado pelo IFRN, a proposta foi finalmente aprovada em 13 de dezembro de 2012.

Com a revisão do parecer, recomendando a criação do programa, foram dados os passos iniciais para o seu funcionamento com a publicação do primeiro edital de seleção, em fevereiro de 2013. A aula inaugural da primeira turma do PPGEF foi ministrada pela Profª Drª Dalila Andrade Oliveira (UFMG), com o tema “A Pós-Graduação no Brasil hoje”, e fez parte da programação do II Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, realizado agosto de 2013.

Em 2017, com a divulgação da avaliação quadrienal da Capes, o PPGEF foi avaliado com conceito 4, possibilitando a submissão da proposta de criação de um doutorado acadêmico em EP. Uma nova comissão foi formada e, em 2018, foi apresentado à Capes o “Projeto de ampliação Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEF) por meio da criação do curso de doutorado”, que, além de ampliar o Programa, com a oferta do doutorado, instituiu mais uma linha: História, historiografia e memória da Educação

Profissional. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018)

Em dezembro de 2018, o projeto foi aprovado e, em 2019, ocorreu a primeira seleção de discentes para o doutorado, com 10 vagas, como tem ocorrido anualmente até 2022, conforme as Resoluções que homogaram os resultados do processo seletivo disponíveis no site do PPGEF.

Nos seus 10 anos de existência, o PPGEF realizou e participou da organização de vários eventos, merecendo destaque os Colóquios Nacionais e Internacionais “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, além de ter ampliado o seu quadro de docentes, de 10 para 20 professores permanentes e 2 colaboradores. Importa destacar que a maioria destes cursou ou estão cursando pós-doutorado em instituições estrangeiras ou nacionais e têm conseguido aprovação de projetos de pesquisa no CNPq e na Capes. Também professores de outras instituições, não necessariamente da RFEPCT, têm procurado realizar os seus pós-doutorados, com ou sem bolsa, no PPGEF ampliando a rede de sociabilidades e de divulgação de pesquisas com foco na relação trabalho e educação.

Diante desse crescimento do PPGEF, analisamos, a seguir, como tem se dado a entrada dos alunos no Curso de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional.

Doutorandos do PPGEF: itinerários e redes de sociabilidades

Conforme já mencionado, a primeira seleção para o curso de doutorado acadêmico no PPGEF se deu em 2019. Dez doutorandos foram aprovados, tendo seis destes defendido suas teses em 2022, com alguns meses de prorrogação em função da pandemia da covid-19. A Tabela 1 identifica os editais de seleção e resoluções de homologação dos resultados concernentes aos 4 anos de funcionamento desse curso.

Tabela 1: Processos seletivos do Curso de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional (PPGEF)

Ano	Editais/ PPGEF	Resolução	Matrículas/ alunos	Políticas Afirmativas
2018/2019	Nº 03/2018	Nº 01/2019	10	1
2019/2020	Nº 04/2019	Nº 06/2019	10	1
2021	Nº 02/2021	Nº 03/2021	10	2
2022	Nº 07/2021	Nº 02/2022	10	-
Total	***	***	40	4

Fonte: Site do PPGEF.

Podemos perceber um número fixo de vagas (10) conforme foi estabelecido no projeto submetido à Capes, em 2018. Há uma tendência na ampliação desse número de acordo com o credenciamento de mais professores do PPGEF que preencham os requisitos para orientar em nível de doutorado.

Quanto à distribuição das vagas entre as linhas, a pesquisa que realizamos nos documentos do PPGEF (Editais e Resoluções) nos forneceu os resultados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Número de aprovados no Doutorado Acadêmico em Educação Profissional.

Ano/ Semestre	Linha de Pesquisa 1	Linha de Pesquisa 2	Linha de Pesquisa 3	Total
2019.1	03	03	04	10
2020.1	03	03	04	10
2021.1	03	04	03	10
2022.1	03	04	03	10
Total	12	14	14	40

Fonte: Editais e Resoluções disponíveis no site do PPGEF.

A tabela 2 apresenta a distribuição das vagas nos processos seletivos. No entanto, talvez em função do número de docentes da Linha 1, esta tem apresentado um quantitativo menor de vagas quando comparada às outras linhas nos últimos 4 anos. Frisamos que, para a seleção de 2023, o edital mantém essa diferença entre o número de ofertas para as linhas. Talvez isso não seja um problema ou mereça uma crítica, mas despertou a nossa atenção.

Por considerarmos as formações inicial e em nível de mestrado um elemento importante para sabermos quem são os doutorandos que o PPGEF tem recebido, seus itinerários acadêmicos e as possíveis redes de sociabilidades construídas nas trocas de experiências, consultamos os currículos lattes de todos os aprovados nos processos seletivos no período de 2019 a 2022, nesse Programa. (Tabela 3).

Tabela 3: Formação inicial dos doutorandos do PPGEF conforme as áreas de conhecimento e avaliação da Capes

GRANDE ÁREA	CURSOS/ALUNOS	TOTAL
Ciências Humanas	Pedagogia (12) Filosofia (02) História (04) Ciências da Religião (01) Ciências Sociais (01)	21

	Psicologia (01)	
Ciências Sociais Aplicadas	Direito (03) Biblioteconomia (01) Turismo (01) Ciências Econômicas (01)	06
Linguística, Letras e Artes	Educação Artística (01) Letras (03) Música (01)	05
Ciências Exatas e da Terra	Matemática (01) Química (01)	02
Ciências da Saúde	Educação Física (03)	01
Ciências Biológicas	Biologia (01)	01
Engenharias	Engenharia Civil (01)	01
Multidisciplinar	Gestão Hospitalar (01)	01

Fonte: Plataforma Lattes

A partir da Tabela 3, considerando as áreas de conhecimento e de avaliação da Capes, percebemos que a formação inicial desses estudantes é diversificada, embora haja uma predominância das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Ao realizarmos a pesquisa nos currículos dos doutorandos, percebemos que alguns destes têm mais de uma formação superior. Diante disso, resolvemos considerar, inicialmente, apenas a primeira graduação. Quanto à segunda, constatamos que dos 40 doutorandos, 8 realizaram-na antes ou depois de concluir o mestrado: 5 concluíram Pedagogia, 1 Geografia, 1 Ciências Sociais e 1 Administração Pública. Merece realce o número de doutorandos com Licenciatura em Pedagogia, talvez porque o doutorado seja na área de Educação e queiram dar prosseguimento nesse campo, mas há de se frisar o fato de o curso de Pedagogia atualmente ter aberto várias possibilidades para a obtenção de um emprego.

Julgamos também importante saber em que tipo de instituição a formação inicial foi realizada. Em consulta no currículo lattes, constatamos que 37 doutorandos são egressos de instituições públicas e apenas 3, de privadas. Quanto à segunda formação, 6 dos 8 estudantes realizaram-na em instituições privadas, provavelmente pela urgência na obtenção de um diploma que lhes permitissem a inscrição em concursos ou em outros processos seletivos.

No que diz respeito à formação em nível de pós-graduação, buscamos conhecer os Programas nos quais os doutorandos concluíram seus mestrados (Tabela 4).

Tabela 4: Formação dos doutorandos do PPGEF em nível de Mestrado

Mestrado	IES	Número
Mestrado em Educação ⁱⁱ	IFRN (17) UFRN (05) UNB (01) UECE (01) UFOPA (01)	25
Mestrado em Ensino	IFRN (03) UERN (01)	04
Mestrado em Engenharia Sanitária	UFRN (01)	01
Mestrado em Antropologia Social	UFRN (01)	01
Mestrado em Antropologia e Arqueologia	UFPI (01)	01
Mestrado em História	UFRN (01)	01
Mestrado em Música	UFPB (01)	01
Mestrado em Ciência Política	UFPI (01)	01
Mestrado Profissional em Matemática	UFPB (01)	01
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	IFRJ (01)	01
Mestrado em Ciências Sociais	UFRN (01)	01
Mestrado em Economia	UFPB (01)	01
Mestrado Profissional em Administração	UNP (01)	01
TOTAL	40	40

Fonte: Plataforma Lattes

Conforme vemos na tabela 4, há novamente uma diversidade nas áreas, apesar do predomínio dos programas em Educação e Ensino (72,5%). Quanto às instituições, também percebemos uma diversificação, embora 50% dos doutorandos sejam egressos de PPG do IFRN, sobretudo do PPGEF.

Também buscamos conhecer o exercício profissional dos doutorandos do PPGEF à época em que foram aprovados na seleção do doutorado, visto que isso nos daria uma ideia de suas trajetórias acadêmicas durante e após a conclusão do curso (Tabela 5).

Tabela 5: Exercício profissional dos doutorandos do PPGEF quando selecionados

ATUAÇÃO PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO	PÚBLICA/PRIVADA
Professor(a) ⁱⁱⁱ	IFRN (16) SEEC/RN (03) UECE (02) IFRJ (01) IFPB (01) SEMED (01)	Pública (24)
Pedagogo(a)	IFRN (03) IFAP (01) SEEC/RN (01)	Pública (05) Privada (01)

SENAC/RN (01)		
Psicólogo(a) Escolar	IFRN (01)	Pública (01)
Técnico(a) em Assuntos Educacionais	IFRN (01)	Pública (01)
Assistente em administração	IFRN (01)	Pública (01)
Auditor(a)	IFRN (01)	Pública (01)
Bibliotecário(a)	IFRN (01)	Pública (01)
Bolsista CAPES-Tutor(a) EaD	UFRN (01)	Pública (01)
Advogado(a)	OAB (01)	Autônomo(a) (01)
Sem vínculo	(03)	***
TOTAL	40	40

Fonte: Plataforma Lattes

A tabela 05 evidencia que a maior parte dos doutorandos é docente (24, ou seja, 60%), dos quais 16 (40%) pertenciam ao quadro de professores do IFRN (ressaltamos que um deles era professor substituto à época). Ao somarmos o número de docentes dessa instituição com o dos seus demais servidores selecionados, chegamos a um total de 24 doutorandos, ou seja, 60%. Há também servidores pertencentes a três outros IF (IFAP, IFPB, IFRJ). Logo, 27 servidores (egressos ou matriculados) pertencem à RFEPCT, chegando a um total de 67,5%.

Os números supracitados nos levam a algumas ponderações. Em primeiro lugar, é evidente a contribuição que o PPGEp tem dado à formação continuada, em nível de pós-graduação, a professores da Educação Básica, contribuindo, assim, para o alcance das metas 13, 14 e 16 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, voltadas para a ampliação de mestres e doutores, do número de vagas nos PPG, e da capacitação de docentes da educação básica em nível de pós-graduação (BRASIL, 2014).

Outrossim, no atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), fica clara uma mudança na atuação da Capes ao dar ênfase à qualidade do ensino oferecido na educação básica. Nesse sentido, se antes, a sua preocupação era na “garantia das condições acadêmicas para que os pesquisadores desenvolvessem as suas pesquisas com eficiência, passou a estimular o princípio de que os programas de pós-graduação tenham uma maior preocupação com as demandas da sociedade” (CAPES, 2010, p. 156).

A contribuição do PPGEp para a formação de servidores da RFEPCT em nível de pós-graduação *stricto sensu* é digna de ressaltar. Dados atualizados em 2022^{iv}, disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2022), indicam que apenas 11,85% dos servidores da RFEPCT possuem doutorado, um número baixo quando consideramos que essa Rede possui um número elevado de cursos superiores e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Quanto aos dados do IFRN, na Plataforma Nilo Peçanha encontramos que, dos 1.643 professores, 603 (36,7%) são doutores e 906 (55%) são mestres (BRASIL, 2022). Não são números tão baixos, se cotejados com os de outros IF, mas frisamos que, com a expansão da EP, muitos servidores doutores e mestres entraram nessa instituição mediante concursos. Em face da ampliação de suas ofertas, o IFRN tem criado formas de estimular seus servidores a buscar uma titulação maior, por isso, foram firmados vários convênios com universidades brasileiras e estrangeiras.

Um terceiro elemento que merece destaque é a presença no PPGEF de outros profissionais que não são docentes, mas que exercem suas atividades em instituições de ensino básico e/ou superior, ou no próprio IFRN, e contribuem diretamente para o processo educativo, pois este não se dá apenas em sala de aula. Ressaltamos que, dos 1.162 técnicos administrativos do IFRN, apenas 52, em 2021, possuíam título de doutorado. É digno de ressaltar que, apesar desse número baixo de administrativos com doutorado, o IFRN está entre os melhores posicionados com relação a esse critério (BRASIL, 2022).

Em pesquisas realizadas em Quebec, nos Estados Unidos e na França, Tardif e LeVasseur constataram as mudanças no quadro de funcionários das escolas após a Segunda Guerra Mundial. Nos seus estudos, esses pesquisadores elencaram uma série de profissionais técnicos que trabalham diretamente com alunos, sem serem professores, transmitindo-lhes valores e/ou normas, favorecendo-lhes o desenvolvimento de competências comunicacionais, capacidade de reflexão, um olhar sobre a própria vida, acadêmica, projeção de futuro (TARDIF; LEVASSEUR, 2011; LEVASSEUR; TARDIF, 2004).

Se trouxermos as análises feitas pelos pesquisadores em tela, em outros países, para o cenário atual da educação brasileira, vamos perceber algumas semelhanças no que diz respeito ao fato de a escola não ser mais um espaço em que predominam os professores, como os únicos educadores. Paralelo ao trabalho destes, ou junto com estes, estão psicólogos educacionais, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, assistentes sociais, bibliotecários, dentre outros profissionais de nível superior que contribuem diretamente para os processos educativos.

Mais recentemente, com o fortalecimento da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais, tornou-se urgente a contratação de profissionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento, muitas vezes, ocorre ao lado dos professores em sala de aula, a exemplo dos intérpretes de libras. Contudo, há uma série de

desafios que precisam ser superados pelos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), segundo apontam Franco e Vilaronga (2021) no estudo que desenvolveram no Ensino Médio Integrado em um IF. Assim, amplia-se a necessidade de capacitar esses novos atores que estão presentes nas escolas, participando do processo de ensino-aprendizagem, mas muitos sem uma formação na área da educação.

Dois elementos que também são dignos de realce neste artigo são as trajetórias experienciadas pelos docentes e discentes do PPGEP e as redes de sociabilidades construídas por estes ao longo dos seus processos formativos. Entretanto, achamos importante distinguir experiência de vivência, com base em Josso (2009, p. 136-137):

As vivências constituem o tecido do nosso cotidiano. Nem sempre estas vivências ficam na nossa memória ou propiciam uma ocasião de aprender qualquer coisa recente que vai ficar, enquanto recurso novo, daqui para frente [...] a experiência é produzida por uma vivência que escolhemos ou aceitamos como fonte de aprendizagem particular ou formação de vida. Isto significa que temos de fazer um trabalho de reflexões sobre o que foi vivenciado e nomear o que foi aprendido. Todas as experiências são vivências, mas nem todas as vivências tornam-se experiências

Quanto aos docentes do doutorado acadêmico em Educação Profissional, estes têm formação doutoral em instituições diversificadas (algumas estrangeiras). A maioria realizou estágio pós-doutoral em instituições nacionais e internacionais. Certamente, viveram experiências que acrescentaram no seu fazer docente e no seu desenvolvimento pessoal, implicando em aprofundamentos teóricos nas suas áreas específicas e na Educação Profissional.

Além disso, todos os docentes e discentes fazem parte de grupos de pesquisa, alguns como líderes. Existem grupos consolidados há mais de uma década e têm conseguido recursos mediante projetos aprovados em editais do CNPq. Grupos mais recentes também têm procurado se projetar nacional e internacionalmente. Um destes é o Grupo de Estudos “Trabalho, Educação e Sociedade”, vinculado a uma rede com outros que compõem o Grupo História, Trabalho e Educação no Brasil, da Universidade de Campinas.

Os docentes participam de eventos da área de Educação, sobretudo as reuniões regionais e nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), principalmente nos Grupos de Trabalho 2 (História da Educação), 9 (Trabalho e Educação) e 18 (Educação de Pessoas Jovens e Adultas), dentre outros, oportunidades em que socializam seus estudos com outros pesquisadores.

Relacionada a esses itinerários está a formação de redes de sociabilidades, algumas já existentes entre os convidados para a participação nos eventos ou em outras atividades formativas no PPGEP. Para Sirinelli (2003, p. 248): “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. Sem esquecer que a academia também é um espaço de disputas pessoais e ideológicas, o autor observa que, entre os intelectuais, “a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham também às vezes um papel decisivo” (SIRINELLI, 2003, p. 250).

Quanto aos doutorandos, além de todos serem participantes de grupos de pesquisa, eles procuram também se fazerem presentes em eventos nacionais e internacionais (muitas vezes pelo formato remoto, durante e após a pandemia do covid-19). Também colaboram com a organização de eventos promovidos pelo PPGEP, a exemplo do Colóquio Nacional e Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional” e de outros encontros promovidos pelas linhas de pesquisa do PPGEP. O mais recente destes, o II Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional (COHEP), ocorreu em setembro de 2022.

As programações desses eventos, disponíveis na internet, mostram as presenças de convidados de diversas instituições, ampliando a circulação de ideias acerca da Educação Profissional no Brasil e em outros países^v. Não podemos esquecer que, para essas participações, contribuíram enormemente os itinerários formativos e as redes construídas entre professores e discentes do doutorado do PPGEP.

Considerações finais

Traçar um perfil dos estudantes do Doutorado Acadêmico em Educação Profissional do PPGEP/IFRN de modo de que possamos conhecer seus itinerários formativos e as redes de sociabilidades construídas dentro e fora da instituição foi o objetivo principal desse artigo. Para tanto, foi necessário o uso dos meios digitais, pois todas as informações de que precisávamos, exceto os currículos lattes dos doutorandos, estavam disponibilizadas no Portal do IFRN.

O estudo aqui apresentado trata-se de um tributo à história da Educação Profissional no tempo presente, afinal, é justamente em função das mudanças passadas pelo IFRN, neste

século, que buscamos conhecer o cenário presente dessa instituição que, até algumas décadas, não poderia nem mesmo ofertar um curso superior e, hoje, forma doutores.

Foram considerados para a pesquisa todos os 40 candidatos selecionados para doutorado do PPGEP de 2019 a 2022. A partir dos seus currículos, constatamos que, em sua maioria, os doutorandos são da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas egressos de instituições públicas de ensino superior, onde realizaram seu primeiro curso de graduação (no caso daqueles que têm mais de um curso superior) e de mestrado.

Praticamente todos os doutorandos, quando realizaram a matrícula no curso, trabalhavam na educação, sobretudo de nível médio e/ou superior (alguns eram bolsistas da EaD). Chama-nos a atenção o fato de a maioria dos doutorandos (60%) ser composta por servidores do IFRN. Obviamente, esse número evidencia um aspecto positivo ao explicitar a intenção dos docentes e técnicos administrativos em se capacitar, trazendo, com efeito, uma melhora os dados estatísticos dessa instituição e da RFEPCT quanto à titulação.

Entretanto, o fato de possuir 60% dos alunos do doutorado pertencentes ao quadro de servidores da instituição ofertante pode ser considerado, por alguns examinadores, como endogenia. A situação torna-se mais “grave” quando percebemos que, dos 40 doutorandos do PPGEP, 17, ou seja, 42,5% são egressos do Mestrado em Educação Profissional desse Programa^{vi}. Esse fato não só pode ser interpretado como endogenia, mas como um limitador do fortalecimento de redes de sociabilidades que se criam nos PPG, visto que muitos doutorandos, egressos do mestrado ou servidores do quadro do IFRN, mantiveram-se no PPGEP, com os mesmos colegas e professores, limitando a abertura de novas experiências acadêmicas em outras instituições.

Portanto, no nosso entender, o PPGEP precisa, urgentemente, ampliar o número de vagas para o doutorado, pois conta com um número suficiente de docentes credenciados aptos a orientar nesse nível. Isso ocorrendo, provavelmente diminua a discrepância entre os servidores da IFRN e os externos. Aliás, para que essa diversificação ocorra, poderia se estabelecer cotas para servidores do IFRN e para professores da Educação Profissional da Rede Estadual (também no mestrado), visto que o governo do Estado do Rio Grande do Norte tem investido nessa modalidade de ensino e de educação. Seria uma forma extremamente importante de inserção social e de ampliação das discussões sobre/para/na Educação Profissional de nível médio no estado.

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN: formação continuada em nível de doutorado (2019-2022)

Apesar dessa ressalva, os dados levantados constataam a importância desse curso, um dos poucos existentes na RFEPT voltados especificamente para a educação, no tocante à disseminação de ideias no campo de pesquisa Trabalho e Educação, haja vista a relação de proximidade entre os docentes e discentes com pesquisadores e grupos de pesquisa que tratam dessa temática em nível nacional.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2012 – resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014#planos> Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em: 5 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQoMyooOGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWw1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkyi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9> Acesso em: 25 out. 2022.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília, DF, 2010. V. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf> Acesso em: 27 out. 2022.

FRANCO, F. S. C.; PEREIRA, J. L. A. A evolução da pós-graduação na Rede Federal. In: SOUZA, R. R. (Org.). **Pesquisa, pós-graduação e inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Goiânia: IFG, 2017. p. 103-128.

FRANCO, A. B. M.; VILARONGA, C. A. R. O contexto da inclusão escolar nos Institutos Federais e no Ensino Médio integrado. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 33, p.1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4420> Acesso em: 29 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**. Natal, 2012a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/legislacao/projeto-mestrado-versao-conselhos-finalizado-25-6-12-1>. Acesso em: 20 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico**. Natal, 2012b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1> Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de ampliação Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGE) por meio da criação do curso de doutorado**, Natal, 2018. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/projeto-de-criacao-do-doutorado>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional**. Portarias, Resoluções, Pareceres e Editais. Natal, 2022. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/paginas/portarias-e-resolucoes> Acesso em: 5 out. 2022.

JOSSO, M. C. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e de professores. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 136-139, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/560/528>. Acesso em: 22 fev. 2022.

LEVASSEUR, L.; TARDIF, M. Divisão do trabalho e trabalho técnico nas escolas de sociedades ocidentais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1275-1297, set./dez. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400010>

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, E. C. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 24, n. 2, p. 236-266, maio/ago. 2022. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p236-266>.

TARDIF, M.; LEVAUSSEUR, L. **A divisão do trabalho educativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Notas

ⁱ Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/paginas/portarias-e-resolucoes> Acesso em: 1 out. 2022.

ⁱⁱ Embora o PPGE seja um programa com área de concentração em Educação Profissional, na emissão dos diplomas, há apenas a menção à Educação, de modo mais amplo.

ⁱⁱⁱ Três desses professores atuavam como substitutos em IES como UECE e IFRN.

^{iv} Conforme consta na página da Plataforma Nilo Peçanha, esses dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração de Pessoal Siape em julho de 2022.

^v As programações desses eventos podem ser vistas nos links: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/edicoes-anteriores/> e <https://www.even3.com.br/cohep2022/> Acesso em: 29 out. 2022.

^{vi} Importa destacar que nenhum desses estudantes verticalizaram para o doutorado a partir de processos comumente existente em outros PPG, pois a resolução que trata desse assunto ainda estava em processo de aprovação pelo colegiado quando produzimos esse artigo.

Sobre os autores

Francisco das Chagas Silva Souza

Doutor em Educação (UFRN) e Pós-Doutor em Educação (UFF). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) nos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) e em Ensino (Posensino – UERN/IFRN/UFERSA). Líder do Grupo de Estudo Trabalho, Educação e Sociedade (G-Tres). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9721-9812> E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br

Ana Paula Marinho de Lima

Licenciada em Pedagogia (UERN) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com bolsa da Capes. Pesquisadora do Grupo de Estudo Trabalho, Educação e Sociedade (G-Tres). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4783-3731> E-mail: marinho.p@escolar.ifrn.edu.br

Francisco Mateus Alexandre de Lima

Licenciado em Pedagogia (UERN) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Posensino – UERN/IFRN/UFERSA). Professor da Rede Municipal de Ensino de Mossoró-RN e pesquisador do Grupo de Estudo Trabalho, Educação e Sociedade (G-Tres). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8792-7284> E-mail: lima.alexandre@academico.ifrn.edu.br

Recebido em: 01/11/2022

Aceito para publicação em: 31/03/2023